

**Os fantasmas da Unidade Popular:
Um vazio inquietante na historiografia chilena**

Julio Pinto Vallejos*

Resumo:

O artigo indaga na cobertura especificamente historiográfica do período da Unidad Popular no Chile, constatando que, a diferença do gênero testemunhal ou das outras ciências sociais, nossa disciplina não tem se ocupado suficientemente desse momento determinante da história chilena recente. Feita essa constatação, caracterizam-se as obras cadastradas e se exploram algumas hipóteses que permitam dar conta da escassa produção detectada. Entre essas, destacam-se as das responsabilidades pendentes, as feridas ainda abertas ou a possível irrelevância de uma experiência dessas características para o Chile de hoje, concluindo com um chamado a encerrar essa brecha historiográfica e recuperar a noção da história como um espaço aberto às mudanças e utopias.

Palavras-chave: historiografia, Chile, Unidad Popular, Salvador Allende.

Abstract:

The conference explores the specifically historiographical coverage of Chile's Popular Unity government, corroborating the impression that our discipline, unlike the other Social Sciences or more strictly "testimonial" approaches, has not dealt very thoroughly with this crucial juncture of recent Chilean history. After ascertaining this situation, the conference reviews the main characteristics of those few works that have been produced and ventures some hypotheses that could account for this phenomenon. Among these, it suggests pending guilts, open wounds or the possible irrelevance of that experience for current Chile, concluding with an invitation to fill this historiographical void and recover history as a space for change and utopia.

Keywords: historiography, Chile, Unidad Popular, Salvador Allende

* Professor da Universidad de Santiago de Chile. E-mail: julio.pinto@usach.cl.

Em pleno movimento estudantil de 2011, coube-me participar de uma mesa-redonda relativa aos avanços e aportes mais recentes da história social e da história política chilenas, com especial referência ao processo em curso naquele momento. Durante o debate, meu colega Mario Garcés, também da Universidade de Santiago e erudito na história do movimento de favelados, afirmou que os historiadores chilenos, e particularmente os historiadores da esquerda, estávamos em dívida com o período da Unidade Popular. Em sua opinião, era muito pouco o produzido especificamente desde a historiografia nacional com respeito a este tema, com toda a importância que ele tem para uma melhor compreensão dos movimentos sociais de contestação, como aquele que nesse momento nos convocava. Meu primeiro impulso foi rebatê-lo, e isso fiz, com bastante energia. Lembrei-lhe seu próprio trabalho sobre os favelados durante os anos 60 e durante a Unidade Popular. Lembrei-lhe também um livro coletivo no qual tínhamos participado, dedicado exclusivamente à Unidade Popular. Ainda, recordei-lhe as teses aparecidas recentemente a respeito do tema, muitas delas guiadas por ele mesmo. Porém, apesar de todos meus argumentos, ele se manteve firme em sua posição: não é que não se tenha feito nada, mas, de todas as formas, o feito é pouco demais para a importância dessa experiência e para as reflexões que ela poderia induzir numa conjuntura como a atual. A historiografia chilena, ele insistiu, tem uma dívida histórica com a Unidade Popular.

Irritado pelas provocações de Garcés, resolvi verificar pessoalmente quanto de verdade havia nelas. Realizei então um levantamento que pretende ser exaustivo de todo o produzido até hoje por historiadoras e historiadores chilenos com respeito à Unidade Popular. Os resultados desta pesquisa são os que eu quero compartilhar agora com vocês, com objetivo de determinar quanto é efetivamente o que há escrito, desde a historiografia, a respeito de dita experiência. Também, pretendo fazer algumas precisões sobre tal produção: quais temas foram focalizados, desde quais perspectivas foi analisado seu objeto, quais atores ou setores foram privilegiados, quais são os espaços ou experiências que foram silenciados, etc. E, se fosse verificado o juízo crítico de Mario Garcés, gostaria de aventurar algumas hipóteses que expliquem o porquê desse suposto descuido sobre um processo que, de alguma maneira, situa-se na matriz da fundação do Chile que temos de viver hoje, e que foi objeto de curiosidades, temores e simpatias a nível continental e mundial.

Antes de entrar no tema, gostaria de fazer algumas precisões sobre o corpus bibliográfico que apresentarei. Em primeiro lugar, trata-se de um corpus unicamente historiográfico, quer dizer que apenas inclui estudos produzidos desde a disciplina histórica. Isto deixa fora um número importante de obras relativas à Unidade Popular, mais de alguma das quais, com certeza, vai lhes parecer conhecida e admirada. Deixa de lado, por exemplo, tudo o que se escreveu desde a Sociologia, a Ciência Política ou a Economia, incluindo autores tão relevantes para a análise do Chile recente quanto Tomás Moulian, Manuel Antonio Garretón o Sergio Bitar. Deixa fora também tudo o que foi escrito em chave testemunhal, inclusive por parte de historiadores: todos aqueles escritos que lembram ou analisam o que foi a forte experiência da Unidade Popular desde a perspectiva daqueles que participaram diretamente nela, seja como atores ou espectadores. Apesar de estes testemunhos serem muito valiosos como reflexões pessoais ou inclusive como fontes históricas, não constituem uma produção concebida e estruturada desde a disciplina historiográfica e, portanto, não são consideradas neste cadastro.

Em segundo lugar, a bibliografia analisada apenas inclui obras de autoras e autores chilenos. O impacto internacional do processo e, sobretudo, da derrota da Unidade Popular, deu espaço a muitos estudos em diversos países do mundo. Alguns deles são de indiscutível qualidade e relevância e, portanto, poderia parecer estranho não os considerar num racconto deste tipo. Só para nomear aqueles realizados por historiadoras ou historiadores, poderiam se mencionar nesta linha alguns tão destacados quanto aquele de Peter Winn sobre os trabalhadores têxteis da fábrica Yarur, ou de Heidi Tinsman sobre as relações de gênero durante o processo da Reforma Agrária, a biografia de Allende do espanhol Mario Amorós, a do francês Frank Gaudichaud sobre os cordões industriais ou do vosso compatriota e meu amigo Alberto Aggio sobre a tensão entre a democracia e o socialismo na agenda política da Unidade Popular. No entanto, com todo o reconhecimento que estas obras merecem, e com toda a importância que tiveram inclusive no debate interno (chileno), por aqui tratar-se de ver quanto foi produzido **no Chile**, elas também foram excluídas.

Finalmente, o levantamento apenas dá conta de estudos de caráter monográfico focalizados especificamente no período da Unidade Popular –com duas ou três exceções que serão indicadas mais adiante. Por tanto, não inclui obras de alcance cronológico mais

geral que incluam um ou mais capítulos relativos à Unidade Popular, posicionados dentro de um marco analítico mais amplo. Dessa maneira, são excluídos livros como aquele de Alfredo Jocelyn-Holt *El Chile Perplejo (O Chile Perplexo)*, muito influente em seu momento, mas no qual a Unidade Popular fica subsumida num arco que vai desde finais dos anos 50 até o término da Ditadura de Pinochet. Ou aquele muito recente *Arriba los pobres del mundo (Arriba os pobres do mundo)*, de Rolando Álvarez, que reconstrói a trajetória do Partido Comunista do Chile desde os anos sessenta até os oitenta e que dedica dois capítulos à presidência de Allende. Apesar de esses e outros estudos de similares características serem muitos bem feitos, não se dedicam especificamente à Unidade Popular e, portanto, não estão em condições de precisar aquilo que esse momento histórico teve de único e particular.

Feitas todas essas exceções, o resultado de meu cadastro é o seguinte:

- Joaquín Fernandois. *Chile y El mundo 1970-1973. La política exterior del gobierno de La Unidad Popular y el sistema internacional*. Santiago: PUC, 1985.
- Hugo Cancino Troncoso. *Chile. La problemática del poder popular en el proceso de la vía chilena al socialismo, 1970-1973*. Copenhague: Aarhus University Press, 1988.
- José del Pozo. *Rebeldes, reformistas y revolucionários. Una historia oral de la izquierda chilena en la época de la Unidad Popular*. Santiago: Documentas, 1992.
- Luis Corvalán Marquéz. *Los partidos políticos y el golpe del 11 de Septiembre*. Santiago: Cesoc, 2000.
- Patricio Quiroga Zamora. *Compañeros. El GAP: la escolta de Allende*. Santiago: Aguilar, 2001.
- Diana Veneros Ruiz-Tagle. *Allende*. Santiago: Sudamericana, 2003.
- Claudio Rolle (coord.). *1973. La vida cotidiana de un año crucial*. Santiago: Planeta, 2003.
- Francisco Zapata (coord.) *Frágiles suturas. Chile a treinta años del gobierno de Salvador Allende*. México D.F.: El Colegio de México, 2003.
- Juan Carlos Gómez y Mauro Salazar (eds.). *Tres décadas después. Lecturas sobre el derrocamiento de la Unidad Popular*. Santiago: Arcis, 2004.
- Carlos Sandoval Ambiado. *Movimiento de Izquierda Revolucionaria 1970-1973. Coyunturas, documentos y vivencias*. Concepción: Escapate, 2004.
- Julio Pinto Vallejos (coord.). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.
- Boris Cofré S. *Campamento Nueva La Habana. El MIR y el movimiento de pobladores, 1970-1973*. Concepción: Escapate, 2007.
- Cristina Moyano Barahona. *MAPU o la seducción del poder y la juventud. Los años fundacionales del partido-mito de nuestra transición (1969-1973)*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2009.

- Sandra Castillo Soto. *Cordones industriales. Nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular (Chile, 1970-1973)*. Concepción: Escaparate, 2009.
- Sebastián Leiva Flores. *Revolución socialista y poder popular. Los casos del MIR y PRT-ERP, 1970-1976*. Concepción: Escaparate, 2010.

Poderia ainda agregar-se mais três, que, mesmo não cumprindo totalmente com as restrições cronológicas estabelecidas, acrescentam elementos importantes sobre o período:

- Verónica Valdivia. *Nacionales y gremialistas. El “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1970*. Santiago: LOM, 2008.
- Mario Garcés. *Tomando su sitio. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM, 2002.
- Marcelo Casals Araya. *El alba de una revolución. La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la vía chilena al socialismo 1956-1970*. Santiago: LOM, 2010.

Temos, assim, um total de 15 estudos históricos dedicados especificamente à Unidade Popular, ao qual poderiam se somar outros três que, ainda que não cumpram estritamente com as restrições cronológicas estabelecidas, poderiam se incluir em virtude de entregar elementos de contexto que ajudam à compreensão do processo mesmo. Quer dizer, teríamos um máximo de 18 livros publicados por historiadoras e historiadores chilenos durante os quase 40 anos transcorridos desde o golpe militar de 1973. Não é um número muito impressionante...

Quais as primeiras inferências que poderíamos tirar desta revisão? Em primeiro lugar, que se trata (por razões lógicas, suponho eu) de uma produção relativamente tardia: nada antes de 1985, quer dizer, 12 anos depois do golpe de Estado; apenas três antes do ano 2000. Em segundo lugar, que é uma produção concentrada, maiormente, a respeito da comemoração dos 30 anos da queda da Unidade Popular (6 dos 15 livros), momento no qual efetivamente produz-se uma espécie de catarse social que restituiu a memória histórica da Unidade Popular ao debate público, trás largos anos de silêncio imposto ou auto-imposto. Foi durante essa conjuntura, eu lembro a modo de exemplo, que se inaugurou um monumento a Allende à frente do Palácio de Governo *La Moneda*, e que se abriu novamente a porta desse mesmo prédio, pela qual foram retirados seus restos mortais, interdita desde o momento mesmo do golpe. É sabido que as comemorações históricas costumam ter um efeito estimulante sobre a produção historiográfica, de modo que talvez o

próximo ano, quando se cumprirem os quarenta anos desse acontecimento, vai se produzir um fenômeno similar. Esperemos que for assim. Vale a pena advertir, porém, que para o ano 2010, quando se cumpriram os quarenta anos da eleição de Allende, não aconteceu nada parecido. Talvez a eleição de um governo da direita naquele ano explique em parte esse silêncio.

Resulta evidente também desta primeira análise que a grande maioria das autoras e autores dos livros analisados podem se classificar como de esquerda, existindo apenas um (curiosamente, o primeiro em termos cronológicos) que pode se identificar inequivocamente como de direita: Joaquín Fernandois. No centro político poderia se situar a Diana Veneros, a autora da psicobiografia de Allende, e também a vários autores do livro coletivo *La vida cotidiana de un año crucial (A vida cotidiana de um ano crucial)*. Na essência, contudo, e como talvez fosse previsível, a Unidade Popular atraiu fundamentalmente historiadoras e historiadores basicamente empáticos com os objetivos que esse projeto perseguiu. Também, chama a atenção que nos estudos publicados a partir do ano 2000 compareça um número importante de autoras e autores jovens, que não viveram diretamente o processo (4 de 12, sem contar alguns dos incluídos em *La vida cotidiana de un año crucial (A vida cotidiana de um ano crucial)*). Se for considerado que esses quatro correspondem também à produção mais recente, espera-se que se trate de um bom augúrio.

Finalmente, uma análise temática dos títulos cadastrados revela certas inclinações interessantes. Descontando as quatro obras de caráter coletivo, que por causa de sua própria natureza resultam difíceis de classificar numa linha temática única, acontece que sete dos quinze estudos dedicados especificamente à Unidade Popular, mais dois dos “adicionais” (aqueles de Verónica Valdivia e Marcelo Casals) contextualizam-se mais ou menos claramente dentro do âmbito da história política (poderia se discutir esta classificação para o caso da biografia de Diana Veneros; no entanto, a biografia de um homem que consagrou sua vida à política, como Allende, não poderia senão colocar essa dimensão num lugar preferencial). Ou seja, a metade da produção historiográfica relativa à Unidade Popular focaliza-se diretamente no âmbito dos partidos ou dos atores políticos fundamentais, nos debates que eles mantiveram e nas estratégias e projeções que foram planejadas.

Considerando a centralidade que teve a política no processo e também os altíssimos níveis de politização do Chile de 1970-1973, esta preferência não seria talvez particularmente estranha.

Outros quatro títulos (cinco, se incluirmos o “adicional” de Mario Garcés) podem se classificar como de história social, com os quais, somando os sete (ou nove) dedicados à história política, teríamos mais de dois terços do total. Novamente: não é estranho, pois nesses espaços foi nos quais foram travadas as batalhas mais importantes do processo pré-revolucionário chileno. Nessa mesma perspectiva, porém, chama a atenção a ausência quase total de histórias econômicas ou culturais (talvez poderiam se incluir dentro deste último rubro alguns dos ensaios incluídos em *La vida cotidiana de un año crucial*), lugares nos que também se travaram batalhas decisivas e que, logicamente, igualmente formaram parte dos objetivos centrais da UP. Isto resulta particularmente curioso no campo da história cultural, que tanto desenvolvimento tem tido ultimamente no Chile quanto em outras partes do mundo, e que tanto convoca às pesquisadoras e pesquisadores mais jovens.

Em resumo: nosso levantamento bibliográfico produz um total de quinze obras (que poderiam se estender, com algo de generosidade, a 18), a maior parte delas publicadas nos doze últimos anos, por historiadoras e historiadores majoritariamente de esquerda e com uma forte concentração nos âmbitos da história política e social. Trata-se, em outras palavras, de um número bastante pequeno para um processo que tanto impacto teve em nossa história recente e que, além disso, deixou espaços temáticos importantes praticamente sem considerar. Ainda que seja difícil para mim aceitar, parece que Mario Garcés estava certo...

Como poderia ser explicado este curioso fenômeno historiográfico? Qualquer resposta, claramente, terá muito de especulação. Porém, apesar disso, ousaria em propor-lhes três hipóteses possíveis, com as quais pretendo fechar esta palestra e espero estimular suas perguntas e abrir o debate.

A primeira hipótese é a da dor. Vista desde a perspectiva dos 17 anos de ditadura e de todas as feridas e cicatrizes que esta deixou de herança, a experiência da Unidade Popular pode constituir, sobre tudo para aqueles que de uma ou outra forma simpatizam com seus propósitos (como a grande maioria dos autores e autoras resenhadas), um

exercício muito doloroso, traumatizante inclusive. Nunca é fácil nem grato escavar nas feridas próprias, sobre tudo se elas continuam abertas. Nunca é fácil se deter sobre as vidas ou os sonhos quebrados, sobre tudo se alguma vez (ou ainda) se acreditou fervorosamente neles. Entretanto, estes sentimentos não teriam por que afetar, pelo menos não com tanta força, às gerações mais jovens, que parece que, com as exceções mencionadas anteriormente, também não se sentiram massivamente atraídas a este tipo de estudos (ainda que tenha que reconhecer que pelas características do levantamento realizado, que apenas inclui livros publicados e não considera monografias nem artigos, poderia haver sido excluído, um tanto arbitrariamente, um número indeterminado de estudos (teses) muito recentes ou ainda em curso de pesquisadoras e pesquisadores jovens).

Por outra parte, e ainda que para demonstrá-lo haveria que fazer um exercício parecido com aquele que aqui realizei em relação à Unidade Popular, a Ditadura de Pinochet, sendo uma experiência ainda mais dolorosa, não teve o efeito de desanimar a investigação histórica. Aliás, pelo contrário: o estudo da Ditadura e da pós Ditadura é hoje um campo muito mais ativo e concorrido na historiografia chilena do que aquele da Unidade Popular. A hipótese da dor, portanto, não sendo totalmente descartável, não parece ser totalmente convincente.

A segunda hipótese é a da culpa. Para aqueles que simpatizaram com ela, a Unidade Popular foi uma oportunidade histórica única para realizar mudanças transcendentais num país historicamente caracterizado pela desigualdade, a pobreza e a falta de democracia efetiva. Nessa perspectiva, não haver sabido aproveitá-la devidamente por erros próprios, divisões internas, falta de clareza política ou estratégica, ou por qualquer coisa, pode constituir uma fonte de recriminação e sentido de fracasso que naturalmente tenderia a desanimar os estudiosos de esquerda. Contudo, esses fatores não tiveram o mesmo efeito nas outras ciências sociais, as quais não foram reticentes em fazer da Unidade Popular um foco permanente de análise crítico o reivindicativo. E também não deveriam afetar os historiadores de direita, ou aqueles que simplesmente não se identificam com o projeto da Unidade Popular e que, entretanto, como é sabido, dedicaram inclusive menos tempos e esforços ao seu estudo. A culpa, então, por muito que também não seja um sentimento descartável, não é suficiente para dar conta dos silêncios que nos preocupam.

Existe, assim, o espaço para uma terceira e última hipótese, talvez a mais inquietante de todas: a da irrelevância. Faz tempo, Benedetto Croce disse: toda a história é presente, e só fazemos ao passado, inclusive ao mais remoto, perguntas que nos parecem relevantes para entender e navegar em nosso presente. Poderia ser que a Unidade Popular, da qual nos separam apenas 40 anos, não nos ofereça elementos ou lições de interesse para o Chile de inícios do século XXI? Foram tão profundas as mudanças impostas pelo período ditatorial que os anos de Allende nos parecem inclusive mais remotos do que a época da Independência, nestes dias, bastante mais estudada no Chile do que o lapso de 1970-1973?

Esta pergunta pode se abordar através de duas linhas de reflexão: a dos **objetivos** perseguidos pela Unidade Popular e a dos **apoios sociais** que soube concitar e que lhe deram toda sua força simbólica, política e projetiva.

No caso dos objetivos, será que a abolição do capitalismo e a instalação do socialismo, objetivos centrais da “via chilena”, parecem agora irrealizáveis demais como para levá-los a sério? Será que o capitalismo aparece tão firmemente arraigado que chegamos a vê-lo como uma realidade inalterável, quase como mais uma força da natureza? Ou será que o socialismo já não nos convence totalmente, que o tipo de sociedade que propus como alternativa mais humana e mais justa já não nos parece tão desejável, depois do derrube dos socialismos “reais” que habitaram a história do século XX? Ou será simplesmente que a igualdade, a justiça social, o término da exploração social ou nacional já não convocam massivamente as chilenas e os chilenos de inícios do século XXI?

E, em relação aos apoios sociais, é sabido que o projeto da Unidade Popular não atraiu apenas os trabalhadores industriais e urbanos que conformaram o sujeito revolucionário clássico do marxismo, mas que somou a ditos apoios também os camponeses, indígenas, estudantes, “pobres da cidade”, comunidades cristãs, etc. Todas essas pessoas sentiram-se interpeladas pelo chamado do governo de Allende, comungaram com os valores que ele proclamava, creram possíveis as mudanças que ele impulsionava e, por sobre tudo, viram-se a si mesmos e a si mesmas como sujeitos ou, melhor ainda, como um grande sujeito coletivo, construtor de um futuro diferente e melhor. Responderia a sociedade chilena de hoje, com uma classe operária numérica e simbolicamente diminuída, com menores índices de pobreza absoluta, com uma maior afinidade pelo consumo material

e com sucesso individual como marcadores de prestígio social, a uma convocatória como aquela da Unidade Popular? O movimento estudantil de 2011 e outros movimentos sociais que foram potenciados durante estes últimos meses, pareceriam insinuar que talvez sim. Porém, a dúvida subsiste: não se deve esquecer que ainda não faz dois anos que uma maioria de votantes escolheu livremente um governo que encarna precisamente aqueles princípios emanados do Chile que derrocou e derrotou a Unidade Popular.

Entretanto, voltando ao tema: Por que a historiografia chilena tem se mostrado tão indócil a revisitar e recuperar a experiência da Unidade Popular? Propuseram-se três hipóteses. Vocês poderão escolher aquela que lhes pareça mais proponente ou mais consistente. Porém, pelas razões que sejam, pessoalmente eu estimo que se trata de uma dívida que é urgente saldar. Porque inclusive se a Unidade Popular nos parece um fenômeno um tanto exótico ou alheio às problemáticas e possibilidades do século XXI, desde nossa perspectiva de estudiosas e estudiosos da história, há algo nela, algo que ousaria denominar “historicidade densa”, que a faz intrinsecamente digna de estudo histórico, em qualquer lugar e em qualquer momento. E, para explicar o que eu quero dizer, e a risco de parecer um pouquinho narcisista, concluo remetendo-me ao prólogo que escrevi faz uns oito anos para uma obra coletiva, intitulada *Cuando hicimos historia (Quando fizemos história)*, que foi feita precisamente para repor e reivindicar a Unidade Popular como objeto de estudo historiográfico. Dizia então:

O governo da Unidade Popular, disse Tomás Moulian num belo artigo, foi ao mesmo tempo festa, drama e derrota. A maioria daqueles que se referiram a essa experiência, contudo, colocaram o acento no drama e na derrota, quase nunca na festa. Considerando seu desenlace, e tudo o que veio depois, a ênfase não resulta caprichosa: os erros devem ser reconhecidos e os crimes posteriores, denunciados. De tanto insistir nessa dimensão, entretanto, perdemos de vista aquilo que a Unidade Popular teve de ‘positividade’ histórica, de esforço vivo e entusiasta por construir uma sociedade mais humana, mais justa e melhor. Esquecemos que aqueles que acreditaram e lutaram por esse projeto o fizeram movidos por uma aspiração utópica e pela convicção de que as pessoas de carne e osso que habitam este país, inclusive, ou especialmente, aqueles mais humildes e postergados são sujeitos plenamente habilitados para fazer história. Foi essa sensação de abertura e protagonismo, de que não havia estruturas assentadas demais, nem obstáculos inalteráveis demais para parar a criatividade coletiva, o que imprimiu nesses mil dias seu selo mais eletrizante e mais entranhável. A ‘festa’ à que aludia Moulian e que muitos partidários dessa experiência evocam hoje com saudade, não é

outra coisa que a consciência de haver feito história. Que, pelo menos por um momento, a história se transformou num projeto a realizar, e não no domínio eterno e inexorável de poderes fáticos.

A partir da citação reafirmo o que disse há quase dez anos atrás, ou seja, que “os fantasmas da Unidade Popular” devem ser sepultados e a sua vida, quer dizer, a sua história, deve ser recuperada.

Artigo recebido em: julho de 2012